

Missão compartilhada entre irmãos

O Comin e o Cimi surgem da mesma essência evangélica, estar com aqueles que mais precisavam de vida, esperança, terra e direitos.

Missionárias e missionários colocaram-se lado a lado, juntos com os povos indígenas, dentro de seus territórios - muitos deles assaltados por invasores, agressores, violentadores de corpos e almas.

Lá, entre eles, irmanados, percorrendo caminhos por onde pudessem tecer redes de justiça, respeito, segurança e paz.

Os tempos sempre foram sombrios, porque todo o investimento estatal era pelo integracionismo ou extermínio dos originários habitantes do Brasil e, essas duas opções, foram abraçadas por muitas igrejas cristãs, pela sociedade em geral e pelos poderes públicos.

A vida entre os povos, no entanto, mostrava horizontes de lutas conjuntas, organizadas, articuladas e foram desencadeados importantes movimentos de resistências que rompiam com as artimanhas e os mecanismos de morte.

Depois de grandes assembleias de povos, potentes eventos políticos e organizacionais, foi necessário reservar tempo em que se pensasse nos projetos alternativos ao colonialismo econômico, político, cultural e religioso, porque estes emergiam no meio das comunidades indígenas.

A Constituinte de 1987 trouxe luz às lutas nos territórios e os povos migraram, em mutirão, para a capital federal e lá expuseram seus pensamentos, anseios, desejos e os direitos originários.

Brota, como semente, desse movimento dos povos, suas organizações e aliados, a perspectiva de um "capítulo do índio" na Constituição Federal, articulando-se e consolidando-se expressamente nos artigos 231 e 232.

Garante-se o direito à terra, às diferenças, ao fim da tutela, interrompe-se o integracionismo e passa a se exigir o reconhecimento de que os povos, em suas infinitas diversidades, deveriam ser respeitados como sujeitos de direitos.

A Lei Maior propiciou outros movimentos indígenas calcados no direito à demarcação de terras, por políticas públicas diferenciadas, por participação nas instâncias de controle social e nas ações e serviços que lhes diziam respeito.

Períodos profícuos, apesar da violência, discriminação, omissão, negligência e das manobras políticas e jurídicas que sempre estiveram em conexão, tentando frear o protagonismo indígena.

Passados 34 anos desde a Nova Constituição, que na atualidade vem sendo contestada e atacada, os povos indígenas e nós, Comin e Cimi, seguimos juntos em sua defesa e, para além dela, permanecemos na mesma missão e compromisso pela vida em plenitude.

Irmãs e Irmãos, tracei essa síntese histórica para reafirmar que o Cimi e o Comin, ambos nascidos na ditadura militar, seguem em comunhão intercultural, interreligiosa e ecumênica.

Parabéns ao Comin, a cada mulher e homem, pelos 40 anos de missão junto aos povos indígenas no Brasil.

Roberto Liebgott.